

**IPEA**

Instituto de Planejamento Econômico e Social

**INPES**

Instituto de Pesquisas

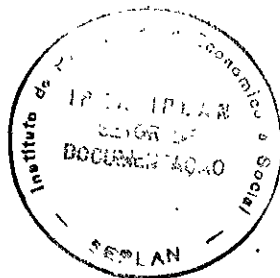
TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

Nº 148

"Mobilidade entre classes de  
renda no Brasil"

Manoel Augusto Costa

Julho de 1988



TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

Nº 148

"Mobilidade entre classes de  
renda no Brasil"

Manoel Augusto Costa

Julho de 1988

Tiragem: 80 exemplares

Trabalho concluído em: Julho de 1988

Instituto de Pesquisas do IPEA  
Instituto de Planejamento Econômico e Social  
Avenida Presidente Antonio Carlos, 51 - 13º/17º andares  
Rio de Janeiro - RJ  
20020

Este trabalho é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor. As opi  
niões nele emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Secreta  
ria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.



## SINOPSE

Apresenta estimativas de mobilidade da população masculina e feminina entre classes de rendimentos, apoiadas em dados censitários de 1980, utilizando metodologia de tábuas de permanência.

Inicia, estimando níveis de mortalidade para cada grupo, seguido da construção do "Perfil de Vida Monetário da População em 1980". Taxas de entrada e saída populacional por sexo e grupos de idade segundo categorias de rendimento são apresentadas, consolidadas posteriormente em taxas que expressam a mobilidade mínima entre essas classes.

Ressalvadas eventuais distorções metodológicas e erros de interpretação, conclui pela existência de uma mobilidade relativamente elevada da população entre classes de renda, sugerindo que a situação detectada pelo Censo de 1980 apontava uma situação favorável à desconcentração da renda, se mantida constante.

Sugere que o intenso processo demográfico pode constituir um fator com efeito inverso ao percebido na análise de entradas e saídas da população segundo classes de renda, e adverte que as conclusões têm valor social parcial, por medirem e refletirem movimentos de populações entre níveis muito baixos de rendimento, muito aquém, portanto, de níveis sociais e economicamente desejáveis.

Conclui sugerindo a necessidade da aplicação da metodologia em dados posteriores a 1980 para melhor avaliar sua sensibilidade e robustez, e para estimar efeitos das crises econômicas sobre o cenário vislumbrado no ano do último censo.

## MOBILIDADE ENTRE CLASSES DE RENDA NO BRASIL\*

Manoel Augusto Costa\*\*

### 1 - ANTECEDENTES

Inúmeros estudos demonstram que, apesar do desempenho econômico satisfatório dos últimos 30 anos, o país conta com uma distribuição de renda extremamente concentrada. A obtenção de uma distribuição de renda mais eqüânime do que a atualmente existente parece, dessa forma, ser o maior desafio enfrentado pela nação; o assunto tem mobilizado vários segmentos da sociedade e tem sido objeto de inúmeros debates e proposições.

A comunidade técnica e científica tem produzido uma coletânea respeitável de estudos sobre a matéria, a qual está voltada, no entanto, fundamentalmente para questões econômicas e monetárias do assunto. E, embora realizada em contextos e sob perspectivas essencialmente corretas e úteis, passou ao largo de duas questões inter-relacionadas que deveriam merecer igual atenção por parte dessa comunidade:

I) Qual a relação entre o processo demográfico nacional e a distribuição pessoal de renda?

II) A população brasileira tem algum tipo de mobilidade entre classes de renda, ou constitui uma sociedade sem nenhum tipo de ascensão em que seus membros não têm oportunidade de melhorar seus rendimentos pessoais e familiares?

---

\*Agradeço a colaboração de Regina Chaloub pelo prestimoso apoio nas tarefas computacionais requeridas para a execução deste trabalho, bem como as suas sugestões e comentários. Estendo esses agradecimentos a Regis Bonelli e Milton da Mata, pelas críticas e sugestões que muito me ajudaram a melhorar a apresentação deste trabalho, e a Antonio Brito pela criteriosa revisão do texto. Os eventuais erros e falhas, no entanto, são de minha inteira responsabilidade.

\*\*Do INPES/IPEA.

Responder essas duas questões constitui uma tarefa árdua, tanto sob o ponto de vista teórico como prático. Entretanto, não parece temerário pensar que se conseguíssemos enveredar por caminhos que dessem alguma visão ou sensibilidade a respeito dessas duas indagações, talvez fosse possível melhorar a eficácia de proposições políticas e romper a inércia da distribuição da renda e o círculo de pobreza existente no país.

Responder a pergunta sobre as eventuais relações entre o processo demográfico e a dinâmica da distribuição e da concentração da renda é essencial. Afinal, trata-se da quinta nação mais populosa do mundo, que teve um processo demográfico dos mais rápidos e complexos após a segunda guerra mundial.

Vale recordar que de forma independente e quase contraditória, à medida que se intensificou a industrialização do país a população evoluiu de 41,2 milhões de habitantes (1940) para um contingente estimado em 135,5 milhões em 1985. Houve, pois, um aumento de 94,3 milhões de pessoas em apenas 45 anos, que ultrapassa numericamente a atual população da maioria dos países do globo. Mercê desse rápido processo demográfico, do desenvolvimento econômico e de uma série de outros fatores sociais e internacionais, observou-se no Brasil um processo de urbanização igualmente intenso e rápido, fortemente alimentado pelo elevado crescimento vegetativo da população e pelas numerosas migrações internas.

À guisa de ilustração, cabe recordar que no período entre os censos de 1940 e 1980, ocorreram aproximadamente 180 milhões de nascimentos e 40 milhões de óbitos; a população urbana aumentou em 77,5 milhões; a população economicamente ativa passou para 28,5 milhões no mesmo período e o número de migrantes intermunicipais em 1980 era constituído por pouco mais de 46 milhões, número que representava quase 40% da população total do mesmo ano. Finalmente, vale adicionar que o número de núcleos urbanos se elevou de 4.840 em 1940 para 8.130 em 1980, e hoje o país conta com duas metrópoles que se classificam entre as mais populosas do planeta, as quais, em 1940, eram apenas modestas e aprazíveis aldeias demográficas.

Do exposto, não parece absurdo admitir, propor e convidar a comunidade acadêmica para que preencha a lacuna existente nesse setor do nosso conhecimento. Seria ingênuo imaginar que não haja relações causais e em feed back entre os dois processos.

A questão da mobilidade populacional entre classes de renda é fundamental para a compreensão da dinâmica da distribuição pessoal da renda e proposições de política nessa área e, certamente, constitui um aspecto importante da relação entre o processo demográfico e a concentração da renda.

Evidentemente que as propostas políticas num cenário com modesto processo demográfico e imobilidade da população entre classes de renda, diferirão das propostas diante de um cenário de intensa dinâmica populacional e mobilidade populacional entre as classes de rendimentos.

As seguintes perguntas básicas se impõem: existe alguma mobilidade entre classes de renda no Brasil, ou os pobres estão fadados a permanecerem pobres durante suas vidas? Se existe alguma mobilidade, qual é a sua magnitude e velocidade?

Como assinalado anteriormente, pouco se tem enveredado nesse assunto essencial, valendo recordar que existe um trabalho pioneiro que aborda sugestiva e teoricamente a questão, e formula um exercício a respeito do assunto. Ali o autor discute, entre outras coisas, a questão da mobilidade e salienta que a mortalidade podia afetar a distribuição da renda pessoal. Este aspecto merecerá algum tratamento aqui e será objeto de avaliação rigorosa em trabalho posterior.

## 2 - OBJETIVOS

Este estudo foi elaborado tendo em mente algumas das questões mencionadas anteriormente, e constitui um primeiro esforço nessa linha. O trabalho foi estruturado com o objetivo primordial, senão único, de avaliar a existência de mobilidade popu

lacional entre classes de renda no Brasil, e qual o nível dessa mobilidade.

A formulação dessa proposta significa testar a hipótese de que os elementos de uma classe de renda num ano  $t$  são diferentes dos elementos da mesma classe de renda em outro ano qualquer.

A diferença entre os dois contingentes ocorrerá porque algumas pessoas sairão da classe de renda por falecerem, e outras sairão para outra classe por mobilidade. Durante o mesmo período também poderão ingressar novas pessoas nessa classe, por se ofertarem pela primeira vez no mercado (razão demográfica), ou por transferência de outra classe de rendimento (mobilidade entre classes de renda).

Em termos simbólicos pode-se representar aquele processo da seguinte maneira:

$$N_i^{t+n} = N_i^t + I_i^{t,t+n} - O_i^{t,t+n} + E_i^{t,t+n} - S_i^{t,t+n} \quad (1)$$

onde:

$N_i^t$  = população pertencente à classe de rendimento  $i$  no ano  $t$ ;

$I_i^{t,t+n}$  = entradas nas classes  $i$  por questões sócio-demográficas durante o período  $t, t+n$ ;

$O_i^{t,t+n}$  = saídas da classe  $i$  por óbito durante  $t, t+n$ ;

$E_i^{t,t+n}$  = entradas na classe, por mobilidade, durante o período  $t, t+n$ ;

$S_i^{t,t+n}$  = saídas da classe, por mobilidade, durante o período  $t, t+n$ .



### 3 - A QUESTÃO METODOLÓGICA

A elaboração do trabalho parte, portanto, de uma equação geral de equilíbrio, dada pela expressão (1) acima.

Tendo em vista que há acentuadas divergências nos níveis de rendimento conforme sexo e idade, seria oportuno desmembrar as estimativas segundo essas características. Como o processo geral é semelhante em ambos os sexos, a apresentação e desenvolvimento simbólico torna-se dispensável aplicando-se, para cada sexo em separado, as mesmas equações. Representando-se a idade por  $x$ , tem-se:

$$i_{N_{x+n}}^{t,t+n} = i_{N_x}^{t,t+n} + i_{I_{x,x+n}}^{t,t+n} - i_{O_{x,x+n}}^{t,t+n} + i_{E_{x,x+n}}^{t,t+n} - i_{S_{x,x+n}}^{t,t+n},$$

onde o índice à direita de cada evento representa a idade ou intervalo de idade. Isto é, admite-se a mesma equação de equilíbrio para todas as idades.

Admitindo-se estar correta a formulação acima, coloca-se o problema de estimar cada uma das componentes ou elementos da equação. Na prática, no entanto, não há informações estatísticas suficientes para sua obtenção, impondo-se o uso de algum procedimento indireto.

Certamente há várias possibilidades metodológicas para a obtenção dessas estimativas, incluindo-se entre elas a comparação de informações censitárias e a aplicação dos princípios de tábuas de permanências ou tábuas de múltiplo decrémento. Cada um desses métodos tem suas vantagens e desvantagens e nenhum permite a obtenção de todas as componentes da equação de equilíbrio.

Embora tenhamos incluído em nosso programa de trabalho a aplicação de ambas metodologias, nesta etapa efetuaremos apenas a parte correspondente ao desenvolvimento da tábua de permanência. Oportunamente, efetuaremos o estudo baseado na comparação de informações censitárias, principalmente para avaliar diferenças e semelhanças de resultados.

4 - A TÁBUA DE PERMANÊNCIA

Entende-se como tábua de permanência um modelo que descreve numericamente o processo de entradas e saídas e, conseqüentemente, o tempo de permanência de uma população numa categoria ou classe (de renda) segundo as idades.

Na prática a tábua de permanência numa classe de renda  $i$ , resulta da combinação entre uma tábua de vida da população dessa classe e uma tábua que expressa a participação da população na mesma classe de renda segundo as idades. Sejam:

$i_{N_{x,x+n}}^t$  = número de pessoas com idade entre  $x$ ,  $x+n$  na classe de renda  $i$  no ano  $t$ .

$\frac{i}{n} \alpha_x^t$  = taxa de participação da população com idade entre  $x$ ,  $x+n$  na classe de renda  $i$  no ano  $t$ .

$i_{nLE_x}^t$  = população estacionária com idades entre  $x$  e  $x+n$ , correspondente à população com rendimentos  $i$  no ano  $t$ , onde

$i_{nLE_x}^t = \left(\frac{i}{n} L_x^t\right) \frac{i}{n} \alpha_x^t$  = sendo  $\frac{i}{n} L_x^t$  a população estacionária de idades entre  $x$  e  $x+n$  no ano  $t$ , correspondente à mortalidade da população da classe  $i$ .

$\frac{i}{n} I_x^t = \left(\frac{i}{n} \alpha_{x+n}^t - \frac{i}{n} \alpha_x^t\right) \left(\frac{i}{n} M_x^t\right)$  = taxa de entrada de pessoas com idades entre  $x$  e  $x+n$  na classe de renda  $i$ , onde,  $n_x^t$  constitui fator que reflete a mortalidade entre as idades na classe.

$\frac{i}{n} M_x^t = \frac{1 - \frac{i}{n} Q_x^t}{1 - \frac{1}{2} \frac{i}{n} Q_x^t}$  onde  $\frac{i}{n} Q_x^t$  é quociente de mortalidade entre os grupos de idades para a população na classe  $i$ .

$$\frac{i_{0t}}{n_x} = \frac{1}{2} \frac{i_{0t}}{n_x} (1 - \frac{i_{\alpha t}}{n_{x+n}}) = \text{taxa de saída por morte da população da classe de renda } i \text{ entre as idades } x, x+n, \text{ durante o período compreendido entre os momentos } t \text{ e } t+n$$

Observa-se que o modelo admite que as entradas ocorram sempre que  $\frac{i_{\alpha t}}{n_{x+n}} > \frac{i_{\alpha t}}{n_x}$ , e não consegue separar as causadas por motivos sócio-demográficos das motivadas por transferência de outra classe. Ver-se-á nos resultados que a maioria das entradas ocorre em idades adultas-jovens, com uma média etária aumentando com o aumento da renda. Pode-se admitir, praticamente, que as entradas abaixo dos 20 anos de idade decorram fundamentalmente do primeiro fator - correspondendo a uma primeira entrada da população no mercado de trabalho e no mercado monetário - e depois dessa idade parte das entradas deve ocorrer por pessoas profissionalmente qualificadas e parte por questões de mobilidade.

Da mesma forma, sempre que se observar  $\frac{i_{\alpha t}}{n_{x+n}} < \frac{i_{\alpha t}}{n_x}$ , admite-se que tenham ocorrido saídas da classe entre as idades  $x$  e  $x+n$ . Na prática, a metodologia adotada não permite estimar separadamente as entradas e saídas, e capta, tão-somente, o saldo líquido entre esses movimentos. Assim, a estimativa de apenas entradas entre duas idades não implica a inexistência de saídas no mesmo grupo etário durante o período. Significa que o número de entradas é maior que o de saídas. O mesmo ocorre quando se estimam as saídas; isto é, esse resultado indica que elas foram maiores que as entradas.

##### 5 - A QUESTÃO DA MORTALIDADE

O modelo exige que se obtenham estimativas das tábuas de vida da população segundo classes de renda, já que se supõe que a mortalidade seja distinta entre os diversos grupos de renda, e que o nível de mortalidade exerça influência sobre a mobilidade entre classes de renda. Infelizmente não há informações estatísticas que permitam conseguir diretamente essas estimativas, sen

do que sua obtenção exige uma série de procedimentos metodológicos, conforme se descreve abaixo.

Para a construção das tábuas de vida da população segundo classes de renda, decidiu-se elaborar uma série de tabulações especiais do Censo de 1980 que permitisse aplicar a metodologia desenvolvida por William Brass a partir da mortalidade infanto-juvenil. Essa metodologia permite transformar proporções de crianças sobreviventes segundo a idade da mãe, em taxas de mortalidade de uma tábua de vida, entre as quais sendo mais precisa a referente ao grupo de 0 a 2 anos de idade.

A partir dessas estimativas foi possível gerar uma tábua de vida para cada grupo populacional, admitindo-se que essa taxa pertencia a uma família de tábuas, isto é, que a estrutura da mortalidade do grupo tinha a mesma estrutura da mortalidade total, diferenciando-se, tão-somente, quanto ao nível propriamente dito.

Em termos simbólicos essa suposição pode ser apresentada da seguinte maneira:

$$\frac{i_{y^t}}{n_x} = i_\alpha + i_\beta \frac{y_{p^t}}{n_x} = \text{onde } \frac{y_{p^t}}{n_x} \text{ representa o logito da função de sobrevivência de uma tábua padrão e } \frac{i_{y^t}}{n_x} \text{ o logito da sobrevivência do grupo da classe de renda } i, \text{ no mesmo ano.}$$

É evidente em ambos os casos que o resultado é uma estimativa da mortalidade infanto-juvenil de crianças cujo pai ou mãe tem rendimentos naquela categoria. A equivalência entre essa mortalidade e a mortalidade adulta se dá com a mencionada relação linear entre as transformações logit da mortalidade do grupo e da mortalidade padrão. Em termos demográficos isso significa, entre outras coisas, que:

1) a cada nível de renda corresponde uma mortalidade de infanto-juvenil;

2) a mortalidade dos pais se relaciona com a mortalidade dos filhos;

3) não houve nenhuma alteração recente da fecundidade e da mortalidade que pudesse alterar significativamente essa relação.

#### 6 - POPULAÇÃO E RENDA EM 1980

O Censo Demográfico de 1980 mostrou que existiam 46,3 milhões de brasileiros com 10 anos e mais de idade com alguma remuneração em moeda pelo desempenho de atividade econômica, aplicação financeira, aposentadoria, pensão ou investimento. Esse contingente representava 38,9% da população residente, 52,7% da população de 10 anos e mais de idade no mesmo ano, e indica que durante os 20 anos que separam essa informação das originadas do Censo de 1960, a população integrante do mercado monetizado cresceu mais rapidamente do que a população total. Este numeroso aumento pode ser encarado como um sinal da forte vitalidade econômica da sociedade e da forte pressão demográfica durante o período, e os dados indicam que, enquanto a população nacional aumentou em 49,0 milhões de pessoas durante os 20 anos, o contingente percebendo remuneração aumentou em 26,4 milhões, parcela que representa 53,9% do incremento populacional total durante o período. Dados provenientes da PNAD-85 apontam que o contingente percebendo remuneração em espécie continuou crescendo nos primeiros cinco anos da década de 80, constituindo-se em 43,3% da população total no ano da pesquisa, percentual 4,4 pontos superior ao observado em 1980.

Se essas informações dão indicações do dinamismo da economia nacional ao absorver e integrar contingentes numericamente crescentes no mercado monetário, o mesmo não se pode concluir ao se observar como se dá a distribuição pessoal da renda durante o mesmo período. Apenas para ilustrar a perversidade dessa distribuição, é suficiente observar que o coeficiente de Gini evoluiu crescente e continuamente de aproximadamente 0,52 em 1960 para 0,58 em 1980 e 0,60 em 1985.

Como resultado da crescente concentração de renda, o número de pobres cresceu continuamente, apontando a existência de sérias distorções e ineficácia social no processo de desenvolvimento durante o período, agravado após 1980 com a recessão, que provocou dramática diminuição dos salários reais nos primeiros cinco anos da década 80. Isto é, a crise nacional durante os anos 80 apresentou-se com um caráter perverso sem precedentes, ao provocar simultaneamente a continuação da concentração da renda com a perda do valor dos salários (remuneração) resultando, aparentemente, em dois fenômenos complementares ou causais: 1) aumento de pessoas no mercado em busca de rendimento, como estratégia de sobrevivência; 2) resultados monetários reais praticamente anulados no seio familiar, em decorrência da diminuição dos salários reais. Em síntese, a crise induziu a um aumento numérico de pobres monetariamente remunerados, anulando os seus esforços pela complementação salarial da família.

A colocação desse quadro se torna necessária na medida em que este estudo se refere ao ano de 1980, o qual constitui o limiar de um período de dinamismo econômico em que o crescente aumento da população se incorporava ao mercado de trabalho, resultando em algum ganho de renda real familiar (ainda que insuficiente para satisfazer as necessidades básicas dos indivíduos e famílias). A partir desse ano, a rápida e crescente incorporação da população na força de trabalho pode ser interpretada como um esforço para a sobrevivência. Por isso, e tendo em vista esse contexto, os resultados e conclusões extraídas deste estudo devem ser encarados com cuidado. Tendo em vista o mencionado cenário, recomenda-se, desde logo, a sua replicação nos dados de 1985 como forma de avaliar o efeito da recessão sobre a mobilidade e incorporação da população nas classes de renda.

## 7 - SEXO, IDADE E RENDA

Os dados censitários sobre a participação da população, mostrados na Tabela 1 e no conjunto de Gráficos I em anexo, evidenciam a influência do sexo e idade na determinação dos rendimentos.

TABELA 1a

## TAXAS DE PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO FEMININA POR CLASSES DE RENDA

## EM SALÁRIOS MÍNIMOS SEGUNDO GRUPOS DE IDADES

(porcentagem - salários mínimos)

GRUPO DE IDADE	ATE 1/2	1/2 A 1	1 A 2	2 A 5	5 E +	S/DECL.	S/RENDA
10-14	5,02	1,11	0,49	0,03	0,00	0,13	93,22
15-19	10,72	8,39	8,08	1,19	0,06	0,28	71,30
20-24	7,05	9,50	13,66	6,76	0,87	0,26	61,90
25-29	5,62	7,48	11,19	8,54	2,93	0,24	64,01
30-34	5,91	7,44	10,35	8,05	3,67	0,23	64,34
35-39	6,57	8,01	10,03	7,25	3,49	0,25	64,41
40-44	7,18	8,63	9,59	6,67	3,35	0,30	64,30
45-49	7,81	9,17	8,76	6,24	3,36	0,34	64,33
50-54	8,84	10,12	8,14	5,86	3,46	0,45	63,13
55-59	10,55	11,16	7,46	5,56	3,28	0,54	61,45
60-64	14,14	13,19	7,24	5,30	3,01	0,73	56,38
65-69	24,22	15,09	6,40	4,70	2,78	0,89	45,92
70 +	39,37	18,89	5,89	4,32	2,58	1,30	27,64

TABELA 1b

## TAXAS DE PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO MASCULINA POR CLASSES DE RENDA

## EM SALÁRIOS MÍNIMOS SEGUNDO GRUPOS DE IDADES

(porcentagem)

GRUPO DE IDADE	ATE 1/2	1/2 A 1	1 A 2	2 A 5	5 E +	S/DECL.	S/RENDA
10-14	7,05	3,20	1,22	0,10	0,01	0,10	88,32
15-19	11,03	19,92	18,32	3,25	0,22	0,34	46,92
20-24	5,77	18,71	33,25	22,24	4,08	0,46	15,48
25-29	4,73	15,21	29,09	31,67	13,18	0,45	5,68
30-34	4,70	14,64	26,60	31,96	18,57	0,40	3,14
35-39	5,03	15,59	26,32	30,52	19,61	0,38	2,55
40-44	5,30	16,45	26,56	29,32	19,54	0,36	2,48
45-49	5,55	17,01	26,35	28,16	20,10	0,34	2,49
50-54	6,58	18,81	26,08	26,04	19,29	0,36	2,84
55-59	8,38	21,12	25,62	23,71	17,33	0,36	3,47
60-64	11,79	23,83	23,80	20,78	14,66	0,44	4,69
65-69	22,64	24,52	20,70	16,30	11,74	0,42	3,66
70 +	36,11	24,97	14,57	11,62	8,78	0,54	3,40

Pode-se admitir que a idade exerce aproximadamente o mesmo efeito relativo sobre o nível de rendimentos em ambos os sexos, na medida em que as curvas para as categorias de renda têm formato semelhante para os dois sexos, embora significativamente distintos quanto ao nível. Registra-se exceção apenas para aqueles que percebem menos de meio salário mínimo, onde as taxas de participação feminina e masculina são praticamente iguais tanto em formato como em nível.

Diferenças marcantes também são observadas na participação de homens e mulheres na maior classe de renda constituída por pessoas que auferem 5 ou mais salários mínimos. Enquanto a taxa feminina tende a uma porcentagem baixa e estável a partir de 30 anos, a taxa masculina apresenta rápido aumento em idades adultas jovens até a mesma idade (30 anos), mantém-se aproximadamente estável em torno dos 19% até os 50 anos, quando começa um declínio abrupto e quase linear.

A leitura e interpretação desses gráficos parecem indicativos e reflexos de dinâmica significativamente distinta da população segundo o sexo e idade no mercado monetizado da sociedade.

Pode-se admitir que as proporções de homens e de mulheres dispostos a venderem suas forças de trabalho por uma remuneração muito baixa (menos de meio salário mínimo) são praticamente iguais e em torno de 7% até os 60 anos de idade. A elevação da proporção a partir dos 60 anos tanto pode ser reflexo do desempenho de atividades domésticas remuneradas por pessoas dessa idade, como pode resultar de erros nas declarações quando do recenseamento, ou ambos os fatores simultaneamente.

De qualquer maneira, pode-se argumentar hipoteticamente que essa informação reflete simultaneamente aspectos extremamente relevantes para a compreensão e dimensionamento da perversidade do desenvolvimento econômico nacional, entre eles: 1) que parcela tão elevada quanto 7% da população em idade produtiva se dispõe a ven



der sua força de trabalho por valor tão baixo quanto menos da metade do salário mínimo; 2) que esse dado deve resultar exatamente da impossibilidade de as famílias obterem remuneração satisfatória para atenderem suas necessidades básicas, impondo-se, conseqüentemente, a incorporação de membros da família no sistema para complementar o rendimento do grupo, mesmo que esse acréscimo seja baixo; e 3) que ainda persiste um amplo e significativo setor da economia com nível de produtividade extremamente baixo, absorvendo, formal ou informalmente, parcela elevada da mão-de-obra.

As diferenças entre o padrão etário masculino e feminino na classe de renda mais elevada e de cinco e mais salários mínimos deve refletir a influência de fatores culturais e educacionais na incorporação da mão-de-obra de cada sexo. Conseqüentemente, apenas pouco mais de 3% da população feminina ingressa no mercado e se mantém com essa remuneração. Entre os homens as oportunidades são bem maiores e uns 20% chegam a permanecer entre 30-55 anos com essa remuneração. Após o que, com o aumento da idade, cria-se um processo de repulsão ou seleção, em que a pequena parcela de "ricos" se reduz ainda mais drasticamente. Isto é, tudo se passa para grande parte desse grupo privilegiado de forma transitória e não sustentada, como se ocorresse um processo de seleção-repulsão dentro da própria classe.

Não temos elementos adicionais para verificar hipóteses causais dessa dinâmica, mas não parece temerário levantar a suposição de que resulte, pelo menos parcialmente, da abertura e fechamento de pequenas e médias empresas no país. Em outras palavras, supõe-se que parte da população masculina que consegue auferir rendimentos elevados no contexto nacional, obtém esse resultado como fruto de atividades empresariais de pequeno porte que são desenvolvidos por períodos relativamente curtos.

Finalmente deve-se observar que somente as taxas das duas menores classes de renda são quase continuamente crescentes com as idades. As duas classes de rendimentos intermediários apre

sentam um máximo bem acentuado, acompanhado por um declínio mais ou menos rápido, aspecto que difere na última e maior categoria de renda.

## 8 - PERFIL DE VIDA MONETÁRIA DA POPULAÇÃO

A aplicação e utilização do conceito de tábua de permanência permite estimar o tempo médio de vida que uma população teórica passaria nas diversas classes, se fosse submetida simultaneamente aos níveis e padrões de mortalidade e de participação da população nessas classes, tal como apreendido no momento da pesquisa ou censo.\* A esse resultado denominaremos de "perfil de vida monetária" da população, na medida em que expressa o número médio de anos que a população passaria em dada classe de renda, de acordo com as mencionadas restrições.

A aplicação dessa metodologia aos dados brasileiros de 1980 permitiu estimar o número médio de anos que uma população teórica permaneceria em cada categoria ou classe de renda, entre os 12,5 e 72,5 anos, se submetida simultaneamente às taxas de mortalidade e participação observadas no ano do censo. A essa história de vida hipotética denominamos de "perfil de vida monetária" da população brasileira em 1980.

Observa-se na Tabela 2 que os homens têm uma vida global menor do que as mulheres, alcançando uma média de apenas 51,89 anos durante os 60 anos que separam as duas idades acima, enquanto as mulheres vivem em média 54,16 anos.

---

\* Essa concepção é uma extensão do conceito que propusemos há alguns anos, quando participamos de uma equipe coordenada por Dudley Seers na OECD, para estudar e implantar sistemas de contabilidade social. Naquela oportunidade, o grupo adotou um conceito de perfil de vida (life profile) que consistia em avaliar como uma população passaria sua vida se submetida a determinada lei de mortalidade, exposição de educação e participação no mercado de trabalho.

TABELA 2

PERFIL DE VIDA MONETÁRIA E ANOS BRUTOS DE VIDA ENTRE 12,5 E 72,5 ANOS DE IDADE, POR CLASSE DE RENDA E SEXO - BRASIL (1980)

CLASSE DE RENDA	HOMENS		MULHERES	
	Perfil	Vida Bruta*	Perfil	Vida Bruta*
Até 1/2	3,64	4,93	4,60	5,68
1/2 - 1	8,34	10,45	4,67	5,46
1 - 2	12,16	14,20	4,65	5,07
2 - 5	11,69	13,20	3,09	3,31
5 e +	7,17	7,92	1,43	1,51
S/R <sup>1</sup>	8,70	9,09	35,53	38,73
TOTAL	51,89	59,79	54,16	59,76

\* Não soma 60 anos por não incluir os sem declaração de renda.

<sup>1</sup>S/R - Sem rendimento.

A coluna denominada perfil indica, conforme assinalado, o número de anos que a população passaria em cada categoria de renda, entre os 12,5 e 72,5 anos de idade, se fosse possível que todos se submetessem exatamente à mesma lei etária de participações nas classes de renda e mortalidade.

A diferença de vida monetizada entre os sexos transparece imediatamente ao se comparar o tempo médio vivido por cada contingente na categoria sem remuneração. Enquanto entre as mulheres

observa-se a média de 35,53 anos, entre os homens o valor correspondente é de apenas 8,70 ano. Em outras palavras, caso não se alterassem as condições percebidas e levantadas no Censo de 1980 e se cumprisse a hipótese de igualdade de trajetória para todos os indivíduos de cada sexo, os homens teriam 43,19 anos de vida monetizada enquanto as mulheres teriam apenas 18,63 anos, no período de 12,5 a 72,5 anos de idade.

De acordo com as estimativas, os homens gastariam 12,16 anos ou 28,1% de sua vida monetizada percebendo de 1 a 2 salários mínimos, e 11,69 anos ou 27,1% da vida percebendo de 2 a 5 salários mínimos. Durante apenas 7,17 anos ou 17% do tempo de vida, o contingente que consegue auferir rendimentos teria uma remuneração mais elevada do que cinco salários mínimos.

Entre as mulheres a situação é mais perversa, na medida em que as poucas têm oportunidade de entrar no mercado passam a maior parte do tempo com remuneração inferior a dois salários mínimos. Isto é, a população teórica feminina submetida às taxas observadas em 1980, passaria 13,92 anos percebendo rendimentos abaixo do patamar mencionado, o que equivale dizer, 74,7% do período de vida monetizado para as pessoas deste sexo que conseguem auferir rendimentos.

#### 9 - VIDA MÉDIA NA CLASSE DE RENDA

Em seção anterior foi simulada a situação hipotética de uma geração de pessoas submetida igual e simultaneamente às leis de mortalidade e participação observadas em 1980, gerando um indicador que se denominou de "perfil de vida monetária" da população. Esse indicador resume todas as situações, mas não responde a uma indagação que tem relação com a realidade concreta: qual o tempo de vida média de cada contingente na respectiva classe de rendimento?

O tempo médio de permanência na classe de renda ou vida média com um nível de rendimento pode ser estimado a partir de

qualquer idade e representa o número de anos que uma geração permaneceria percebendo aquela remuneração, se tivesse durante sua vida a partir daquela idade, as taxas de participação e a mortalidade observadas. Portanto, esse indicador leva em consideração as entradas e saídas na classe, incluindo-se as saídas por morte.

A Tabela 3 apresenta esse indicador por sexo, segundo classes de renda, entre os 12,5 e 72,5 anos e entre 42,5 e 72,5 anos. Para a obtenção das estimativas, admitiu-se não haver mais ninguém em atividade a partir dos 72,5 anos de idade, o que implicou admitir a hipótese de que todas as pessoas de 65-69 anos sairiam da classe durante os cinco anos posteriores.

**TABELA 3**  
**TEMPO DE PERMANÊNCIA OU VIDA MÉDIA\* NA CLASSE DE RENDA**  
**ENTRE 12,5 E 72,5 ANOS E ENTRE 42,5 e 72,5 ANOS DE**  
**IDADE, POR CLASSE DE RENDA SEGUNDO O SEXO**  
**(1980)**

CLASSE DE RENDA	HOMENS		MULHERES	
	12,5-72,5	42,5-72,5	12,5-72,5	42,5-72,5
Até 1/2	33,48	21,09	40,20	23,02
1/2 - 1	23,29	4,36	42,56	23,62
1 - 2	32,46	16,87	38,43	14,02
2 - 5	45,07	17,64	44,02	16,74
5 e +	48,63	20,97	53,00	24,57
S/R	7,64	1,11	41,49	22,32

\*Vida média avaliada aos 12,5 e 42,5 anos, respectivamente.

O tempo médio de permanência masculina é menor do que o tempo de permanência feminina, em quase todas as classes de renda, excetuando-se a de 2 a 5 salários mínimos, onde os valores são próximos e levemente superiores para os homens. Os resultados su-

gerem a ocorrência de mobilidade tanto masculina como feminina, e que essa mobilidade é quase certamente ascensional ao apontar que o tempo médio de permanência aumenta à medida que aumenta o nível de rendimento, apesar das exceções na classe de 1/2 a 1 salário mínimo entre os homens, e na classe de 1 a 2 salários mínimos entre as mulheres.

É difícil testar hipóteses apenas com os dados disponíveis. No entanto, essas estimativas também sugerem que as classes de rendimentos de 1/2 a 1 salário mínimo entre os homens e de 1 a 2 salários mínimos entre as mulheres, constituem períodos transitórios para grande parte da população que ingressa no mercado monetizado ou no mercado de trabalho. Após algum tempo, parte da população auferindo esse rendimento se desloca ou transfere, provavelmente para classes superiores, onde permanecem mais tempo, processo que não é difícil imaginar estar correlacionado com a melhoria da educação e formação de mão-de-obra, no próprio trabalho.

A mesma tabela também aponta a vida média na classe entre os 42,5 e 72,5 anos para os dois sexos. Observa-se que os tempos femininos são, igualmente, superiores aos masculinos.

A vida média menor na idade 42,5 anos do que aos 12,5 anos, reflete sobretudo os movimentos de entradas e saídas na classe de rendimento durante esse período etário. É fácil perceber que se não ocorressem esses movimentos, a diferença entre essas médias deveria ser muito próximas de 30, já que a mortalidade é relativamente baixa nesse período da vida. Quanto menor a diferença entre essas vidas médias, maior o movimento e mobilidade da população entre classes de renda entre as duas idades. A comparação entre a redução da vida média entre as duas idades e a vida média avaliada aos 42,5 anos, dá indicações sobre o grau de mobilidade antes e depois desta idade.

Admitindo-se que essas interpretações estejam corretas, pode-se concluir que ocorre maior movimento e mobilidade populacional nas duas primeiras faixas de rendas entre os 12,5 e

42,5 anos de idade do que nas demais faixas. De modo geral também pode-se concluir que a mobilidade nesse intervalo etário é decrescente à medida que aumenta a renda, tanto entre homens como entre mulheres.

O conjunto de informações contido na tabela permite fazer a seguinte síntese: um grupo expressivo de pessoas inicia a vida monetizada com os mais baixos níveis de rendimento em idades relativamente jovens. À medida que o tempo passa, parte desse contingente se desloca para outras categorias, restando uma parcela que, por não ter possibilidade de aumentar seus rendimentos, permanece na classe até o final da vida produtiva. Por outro lado, parece que ocorrem novas entradas de pessoas em idades adultas nessas faixas de rendimentos que somadas ao grupo anterior permanecem praticamente até os 72,5 anos de idade percebendo baixo nível de remuneração. Isto é, o grupo de adultos idosos com baixa renda é constituído por uma parcela expressiva de pessoas que passaram toda a sua vida desde a juventude nessa categoria, e de um grupo que ingressa no mercado já com idade madura, provavelmente para complementar a renda familiar.

A menor classe de rendimento parece ser aquela de maior transição ou mobilidade, dando a impressão de que parte significativa da mão-de-obra aceita iniciar sua vida produtiva com baixos níveis de remuneração para depois passar para outra classe de maior renda. É interessante observar a classe 1/2 a 1 salário mínimo, onde a dinâmica de entradas e saídas parece ser extremamente acentuada para ambos os sexos, fazendo com que a vida média masculina estimada em 23,29 anos aos 12,5 anos de idade se reduza drasticamente para 4,36 anos aos 42,5 anos e entre as mulheres se reduza de 42,56 para 23,62 anos no mesmo período etário. A vida média feminina aos 42,5 anos ainda é elevada e superior à masculina, porque, aparentemente, a entrada de mulheres nessa classe de renda em idades adultas e acima dos 42,5 anos é relativamente mais acentuada do que entre os homens.

Tomemos o exemplo do que se passa nos grupos etários

20-24 e 40-44 anos entre os homens e as mulheres. Apenas 37,8% das mulheres do grupo etário 20-24 auferem renda, e 9,5% auferem de 1/2 a 1 salário mínimo. Isto equivale a dizer que 25,1% das mulheres dessa faixa etária percebem remuneração mensal entre 1/2 e 1 salário mínimo, enquanto entre os homens a proporção correspondente é de 22,3%. No grupo etário 40-44 anos essas porcentagens são de 24,4% entre as mulheres e 16,9% entre os homens.

A diferença entre as vidas médias nas duas idades apontadas na tabela, particularmente nas duas maiores classes de renda, sugere que uma parcela não desprezível da mão-de-obra relativamente jovem consegue iniciar sua vida monetizada com um nível de remuneração "satisfatório", constituindo-se num grupo "privilegiado" no contexto nacional. Observa-se, tanto entre homens como entre mulheres, que o tempo de permanência médio na classe é menor depois dos 42,5 anos do que entre 12,5 e 42,5 anos. Este resultado é de certa maneira intrigante, ao sugerir que parte da população diminui seu nível de remuneração à medida que envelhece. Não temos elementos para avaliar as causas subjacentes a esse processo, porém, não parece absurdo admitir que essa perda de remuneração se relacione com a aposentadoria. Esta hipótese deverá ser objeto de avaliação futura, dada sua importância social e econômica.

## 10 - OS MOVIMENTOS SEGUNDO CLASSES DE RENDA

### 10.1 - Entradas

A mobilidade populacional entre classes de renda resulta e implica necessariamente movimentos de entradas e saídas de pessoas em cada categoria de rendimento.

Nesta seção são apresentadas e analisadas as estimativas de entradas, as quais, conforme assinalado, refletem o saldo líquido entre os dois movimentos, sendo predominantes os de entradas sobre as saídas.

As entradas líquidas segundo classes de renda variam tanto em nível como em característica, segundo o sexo. Os homens participam relativamente mais do que as mulheres no mercado de traba



lho e no mercado monetizado e, por isso, registram maiores taxas de entradas.

As Tabelas 3a e 3b apontam para ambos os sexos que, à medida que o nível de rendimento aumenta, ocorrem entradas em maior número de grupos etários no período adulto-jovem (anterior aos 35 anos de idade); que a idade média de entrada de adultos-jovens se eleva com o aumento do rendimento; que não ocorrem entradas líquidas nos três grupos de maior rendimento após os 30 anos de idade, enquanto nas duas classes de menor renda ocorrem, ainda que em proporções modestas, entradas contínuas e crescentes de pessoas em idades adultas, a partir dos 25-29 anos entre os homens e dos 30-34 entre as mulheres.

Observa-se que as taxas de entrada total segundo idades seguem aproximadamente a mesma trajetória côncava para cima nos dois sexos, apresentando declives com a idade até passar por um mínimo, de onde volta a elevar-se continuamente, apesar de pequenas oscilações resultantes, provavelmente, de erros no levantamento de dados.

As taxas masculinas são significativamente maiores do que as femininas nos primeiros grupos etários. Essa diferença diminui até o grupo 40-45, e a partir do grupo 45-49 ocorre o inverso, isto é, as taxas femininas passam a ser maiores do que as masculinas; ambas, no entanto, situam-se em patamar relativamente baixo entre os 25 e 40 anos e elevado no último grupo etário.

O conjunto dessas taxas permite estimar que 19,08% dos homens e 47,29% das mulheres nunca perceberiam remuneração se fossem submetidos, hipoteticamente, durante suas vidas às respectivas taxas de participação observadas aos 10-14 anos, às taxas de entradas segundo as idades e não corressem o risco de falecer.\*

---

\* Como se verá na análise sobre saídas, obtêm-se estimativas de mesma natureza muito próximas aos valores aqui apresentados, apresentando forte consistência da metodologia e dados.

TABELA 3a

TAXAS DE ENTRADA MASCULINA SEGUNDO CLASSES DE RENDA POR GRUPO DE IDADES BRASIL - 1980

(Z)

CLASSES DE RENDA (SM)	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64
Até 1/2	3,96	-	-	-	0,32	0,26	0,25	0,98	1,69	3,12	9,55
1/2 - 1	16,64	-	-	-	0,94	0,84	0,54	0,17	0,22	0,25	0,61
1 - 2	17,05	14,86	-	-	-	2,31	-	-	-	-	-
2 - 5	3,14	18,92	9,37	2,91	-	-	-	-	-	-	-
5 e +	0,21	3,85	9,07	5,36	1,03	-	0,55	-	-	-	-
TOTAL	41,00	37,63	18,34	8,27	2,29	3,41	1,34	1,15	1,91	3,37	10,16
						1,10	0,79				
S/R	-	-	-	-	-	-	0,01	0,33	0,59	1,12	-

TABELA 3b

## TAXAS DE ENTRADA FEMININAS SEGUNDO CLASSES DE RENDA POR GRUPO DE IDADE BRASIL - 1980

(%)

CLASSES DE RENDA (SM)	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69
Até 1/2	5,68	-	-	0,29	0,65	0,60	0,61	1,01	1,64	3,39	9,29	-
1/2 - 1	7,25	1,10	-	-	0,56	0,61	0,53	0,93	1,00	1,94	1,78	-
1 - 2	7,57	5,56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 - 5	1,15	5,56	1,78	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5 e +	0,05	0,82	2,05	0,74	-	-	0,01	0,10	-	-	-	-
TOTAL	21,68	13,04	3,83	1,03	1,21	1,21	1,15	2,04	2,64	5,33	11,07	-
S/R	-	-	2,09	0,33	0,07	-	0,03	-	-	-	-	-

NOTA: Estavam no sistema dos 10-14 anos = 6,78

Logo, não entram no sistema: 52,76 - 6,78 = 45,98%

Finalmente, deve-se observar as taxas de entrada na classe sem rendimentos, que podem ser interpretadas como a proporção de pessoas de um dado grupo etário em 1980, que deixa uma categoria remunerada para se incluir no grupo de pessoas sem rendimentos (proporção de pessoas que saem do mercado monetizado). Entre os homens a primeira taxa ocorre entre 40-44 anos e se eleva continuamente com o aumento da idade. Entre as mulheres, no entanto, a dinâmica ocorre de maneira mais complexa; é mais importante entre os 20 e 34 anos de idade e não se registra após os 45 anos. Em resumo, são os seguintes os resultados das Tabelas 3-a e 3-b:

1) o nível de remuneração inicial da população se relaciona com a idade de entrada no mercado. Quanto mais jovem, menor a remuneração. É fácil admitir que essa dinâmica esteja correlacionada com o nível educacional e formação da mão-de-obra;

2) parcela não desprezível da população ingressa tardiamente no mercado através das classes de rendimentos mais baixos, dando a impressão de que se trata de um movimento realizado por adultos maduros para complementar a renda familiar;

3) parte expressiva das mulheres que ingressam jovens no mercado se retiram entre 20 e 35 anos.

## 10.2 - As Saídas

Na seção anterior efetuou-se avaliação e estimativa dos movimentos de entradas líquidas da população nas diversas categorias de rendimentos. Agora importa avaliar os movimentos de saída ou abandono populacional das mesmas classes, independentemente da mortalidade.

Com esse propósito foram calculadas "taxas de saída" da população de cada classe de renda segundo grupos de idade e sexo até os 72,5 anos de idade, as quais, combinadas com as taxas de entrada apresentadas anteriormente refletem a mobilidade entre classes de renda. De acordo com a metodologia adotada, convencio-

nou-se que as taxas de participação seriam iguais a zero na idade 72,5 anos e que, portanto, todas as pessoas com 65-69 anos se retirariam do mercado nos cinco anos subsequentes.

A exemplo das considerações sobre as entradas, as taxas de saída representam, na verdade, o resultado líquido de movimentos de sentidos opostos na classe de renda para cada grupo de idades. Tendo em vista que na prática podem ocorrer simultaneamente os dois movimentos, essa taxa representa um saldo líquido e, portanto, constitui uma estimativa do mínimo de saídas reais que se dão em cada classe e grupo de idades, e indica que há predominância dessas sobre as entradas. Portanto, não se pode dizer que não haja movimentos de entradas nas idades que apresentam taxas líquidas de saída. Por isso, as estimativas devem ser encaradas como indicativas de um patamar mínimo do movimento. Os resultados são apresentados nas Tabelas 4-a e 4-b, por sexo, e as porcentagens devem ser interpretadas como proporções mínimas de pessoas da classe de renda e grupo de idade que deverá sair dessa classe no período de cinco anos consecutivos a 1980, na hipótese de se manterem constantes as taxas de participação observadas no censo. A metodologia e os dados disponíveis também não permitem constatar para que classe de renda esse contingente se deslocará. Supõe-se que esse movimento será ascensional, particularmente para aqueles que percebiam baixos níveis de renda. A única restrição a essa hipótese se refere à classe de maior renda, de onde, supõe-se, as pessoas saiam para se aposentar.

As estimativas segundo classes de renda apontam uma certa semelhança entre os processos masculino e feminino de saída, embora distintos quanto à intensidade. O movimento é significativamente maior na classe de menor renda, que parece constituir-se numa fase probatória para a maioria das pessoas que aí ingressam, observando-se que a maior parte sai dessa classe antes de atingir os vinte e cinco anos de idade. Entretanto, vale recordar que há predominância de entradas nas demais idades, demonstrando que o contingente com essa remuneração é alimentado por entradas tardias de pessoas em idades adultas maduras, constituindo-se numa

TABELA 4a

## TAXAS MASCULINAS DE SAÍDA SEGUNDO CLASSES DE RENDA E GRUPOS DE IDADE NO BRASIL EM 1980

(Z)

CLASSE DE RENDA (SM)	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64
Até 1/2	-	47,30	17,95	0,53	-	-	-	-	-	-	-
1/2 - 1	-	6,03	18,54	3,72	-	-	-	-	-	-	-
1 - 2	-	-	12,44	8,49	1,01	-	0,76	0,99	1,68	6,65	11,87
2 - 5	-	-	-	-	4,46	3,89	3,90	7,33	8,64	11,71	19,93
5 e +	-	-	-	-	-	3,42	-	4,80	9,87	14,87	18,72
S/R	46,69	66,59	62,75	44,15	18,70	2,72	-	-	-	-	19,70

TABELA 4b

## TAXAS FEMININAS DE SAÍDA SEGUNDO CLASSES DE RENDA E GRUPOS DE IDADE NO BRASIL EM 1980

(%)

CLASSE DE RENDA	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64
Até 1/2	-	34,08	20,13	-	-	-	-	-	-	-	-
1/1 - 1	-	-	21,15	0,50	-	-	-	-	-	-	-
1 - 2	-	-	17,98	7,46	3,11	4,34	8,52	6,94	8,19	2,82	10,91
2 - 5	-	-	-	5,64	9,95	7,97	6,36	5,95	4,97	4,55	10,99
5 e +	-	-	-	-	5,11	3,95	-	-	5,17	7,98	7,56
S/R	23,46	13,13	-	-	-	0,17	-	1,84	2,59	7,93	17,52

27

espécie de refúgio para parte da população com mais de 30 anos, e que possivelmente não tem qualificação para competir por empregos melhor remunerados.

Movimento semelhante, porém com menor intensidade, ocorre na categoria de meio a um salário mínimo. Neste, a moda de saída se situa no grupo de 15-19 anos de idade, havendo predominância de ingressos após os 30 anos que resultam numa taxa global de saída para ambos os sexos menor do que a do grupo de rendimento imediatamente superior.

Como seria de esperar, a taxa de saída diminui conforme aumenta o nível de remuneração e, após 35 anos de idade, essas predominam sobre as entradas nas classes de maior rendimento. As estimativas permitem admitir a existência de uma dinâmica que corresponde a uma melhoria de rendimentos para parte da mão-de-obra que se localiza nas duas classes intermediárias de rendimentos (de 1 a 2 salários mínimos), enquanto a saída da classe de maior renda provavelmente está relacionada com a aposentadoria.

As taxas de saída da população masculina da categoria sem remuneração para uma classe qualquer de renda, passa por um máximo entre 15-19 anos e depois declina abruptamente, tornando-se praticamente insignificante aos 30 anos, sugerindo que a grande maioria da população masculina que auferir renda entra no mercado monetizado até essa idade. Observa-se ainda uma elevada taxa de saída da categoria sem remuneração (19,70%) entre as pessoas de 60-64 anos de idade. Esse resultado, se correto, reflete um retorno de pessoas idosas ao mercado e, talvez, a fragilidade do sistema previdenciário. Esta estimativa é intrigante e merecerá melhor tratamento em estudo posterior, não sendo descartável a hipótese de que parte da estimativa resulte de erros no levantamento de dados.

De acordo com essas estimativas e supondo-se que as taxas não se alterem no tempo, de cada 10.000 homens com 10-14 anos de idade que não percebiam remuneração em 1980, 2.078 não entrarão no mercado monetizado se forem submetidas a essas taxas durante suas vidas.



Para o sexo feminino as taxas de saída da categoria sem rendimento para uma classe de renda é bem menor do que entre os homens, e apresenta uma dinâmica significativamente distinta. Observa-se que a percepção de remuneração se dá principalmente até os 20 anos de idade, em patamar de 23,46% entre as pessoas do grupo de 10-14 anos e de 13,13% entre o grupo com 15-19 anos.

Após essa faixa etária observa-se uma predominância de entradas sobre as saídas, invertendo-se a diferença de forma crescente a partir dos 45 anos de idade. Tudo isso parece configurar uma dinâmica que se caracteriza pelo fato de que a maior parte das mulheres que ingressam no mercado monetizado o fazem até os 20 anos de idade. Os cinco grupos etários consecutivos se caracterizam sobretudo pelas saídas e aos 45-49 anos o movimento se inverte, ocorrendo crescente predomínio de saída da classe sem remuneração e correspondente entrada no mercado monetizado. Isto é, a ampla maioria das mulheres que ingressa no mercado o faz até os 20 anos de idade. Parcela expressiva dessas mulheres retira-se, no entanto, após contração de núpcias e/ou nascimento de filhos. Dessas, uma proporção reingressa no mercado posteriormente, grupo que é acrescido por um contingente que começa a trabalhar pela primeira vez em idades adultas como forma de complementar rendimentos familiares ou por situações de desenlaces conjugais. Apenas para sintetizar essas informações, estima-se que de cada 10.000 mulheres de 10-14 anos de idade em 1980 que não percebiam remuneração, submetidas durante suas vidas às taxas contidas na tabela, 3.802 ingressariam no mercado até completar 30 anos, e 1.706 ingressariam entre 30 e 65 anos de idade, totalizando um número de entradas que representariam, no máximo, 55,08% do contingente inicial, enquanto as demais 4.492 mulheres jamais aufeririam rendimentos durante suas vidas.

#### 11 - A MOBILIDADE ENTRE CLASSES DE RENDA

A questão do desenvolvimento econômico e social não se restringe a uma simples questão de capacidade de produção de bens e serviços. Importa criar condições favoráveis para o aumento con

tínuo dessa produção e para que esse produto seja mais eqüanimente distribuído entre os membros da sociedade. Por isso, uma maneira objetiva de avaliar o processo de desenvolvimento social reside na avaliação da forma como se dá a distribuição de rendas. Entretanto, para que haja um processo contínuo de redistribuição da riqueza, é necessário que ocorra mobilidade social e econômica, que na sua forma mais simples se traduz num movimento de pessoas entre classes de renda. Certamente essa é a forma mais simples e objetiva de redistribuição da renda e uma componente essencial de qualquer processo de ascensão e mobilidade social. Supõe-se que, havendo mobilidade de pessoas das classes de menor para as de maior nível de renda, está assegurado, pelo menos parcialmente, um processo redistributivista. Se, pelo contrário, não houver esse tipo de mobilidade, pode-se garantir que o sistema tem um elevado grau de perversidade que resulta num imobilismo social e econômico indesejável.

Entretanto, deve-se enfatizar que a existência de mobilidade populacional entre classes de renda não garante, necessariamente, que o desenvolvimento se dê satisfatoriamente ou que a renda será necessariamente, após algum tempo, melhor distribuída do que no momento inicial de observação. Tudo dependerá do ritmo de incorporação de novas pessoas ao mercado monetizado e como essas pessoas aí ingressam.

Neste sentido, o processo demográfico desempenha um papel de extrema relevância, podendo constituir-se num fator que provoque um efeito inverso ao da mobilidade, isto é, ocasione um efeito concentrador da renda. Se for superior, por exemplo, a capacidade do sistema produtivo em criar empregos e atividades remuneradas satisfatória para atender a oferta demográfica. Como já mencionado, este assunto tem sido abordado apenas tangencialmente na literatura especializada, sobretudo pela falta de informações necessárias para a elaboração de estudos dessa natureza.

Este estudo constitui apenas uma modesta incursão quase pioneira na área da mobilidade populacional entre classes de renda, contendo imprecisões e limitações decorrentes da pouca experi

ência no assunto, da qualidade e natureza dos dados e da metodologia utilizada. Índícios dessa mobilidade são avaliados com a aplicação da metodologia da tábua de permanência ou múltiplo decrémento aos dados censitários de 1980, esboçando-se estimativas da magnitude e ritmo dessa mobilidade. E isto é feito para a população existente no ano do levantamento estatístico, refletindo assim a situação quanto à remuneração da população nesse ano. Deve-se recordar que trabalhos baseados em cortes transversais costumam oferecer observações extremamente relevantes sobre os assuntos estudados, freqüentemente refletindo melhor a situação corrente do que os estudos com base em séries temporais ou de cortes.

O trabalho não tenta avaliar o impacto do crescimento demográfico sobre a distribuição da renda, embora abra caminho para essa discussão; o presente texto trata de responder as seguintes indagações: 1) os dados censitários de 1980 sobre rendimentos pessoais refletem a existência de mobilidade entre classes de renda da população recenseada? 2) qual a magnitude dessa mobilidade segundo os sexos?

Conforme argumentado, a metodologia adotada permite obter tão-somente os saldos líquidos dos movimentos de entradas e saídas das diferentes classes de rendimentos. Importa agora obter estimativas, senão precisas, pelo menos indicativas da mobilidade entre classes de renda. Esta pode ser estimada através da comparação entre os movimentos líquidos dos grupos de pessoas com rendimentos e de pessoas sem rendimentos.

Em princípio, admite-se que todas as saídas do grupo sem rendimentos constitui uma entrada em algum grupo com rendimentos.\* Assim, é de se esperar que na ausência de mobilidade populacional entre classes de renda as saídas da primeira categoria se igualem às entradas na segunda. Quando aquelas saídas são menores do que as mencionadas entradas na categoria com rendimento, pode-se argumentar que a diferença indica o nível mínimo da mobilidade entre as classes de renda.

---

\* Recorde-se que os óbitos são estimados separadamente.

O método indica, portanto, apenas o resultado líquido dos movimentos, o qual na prática pode ser maior do que o obtido neste trabalho. Por outro lado, as informações disponíveis e técnicas adotadas não permitem assegurar que a mobilidade é ascensional, embora haja indicações apontando nessa direção.

A Tabela 5 apresenta estimativas dos movimentos segundo o sexo para o período 1980/85, na hipótese de serem mantidas constantes as condições observadas no Censo de 1980.

TABELA 5  
MOBILIDADE DA POPULAÇÃO DE 10-64 ANOS DE IDADE  
ENTRE CLASSES DE RENDA  
SITUAÇÃO RESUMO BRASIL 1980

MOVIMENTO/GRUPO	MIL PESSOAS	
	Homens	Mulheres
Entram pela idade	830	473
Saem de S/R com 10 anos ou mais de idade	5 732	2 446
Entram em C/R com 10 anos ou mais de idade	7 284	3 153
Total de entradas em C/R	8 114	3 626
Mobilidade entre classes*	1 552	707
Entrada em Sem Declaração	27	23
Mobilidade Total*	1 579	730
Taxa de Mobilidade (porcentagem)	5,30	5,79

\* Somente pessoas que tinham 10 anos ou mais de idade em 1980.

Observa-se que mantidas as hipóteses anunciadas, pode-se esperar que 830 mil homens com 5 a 9 anos de idade em 1980, se incorporarão ao mercado monetizado em 1985, por exemplo. Essa componente denominou-se de entradas pela idade e constitui um grupo que seguramente se ofertará pela primeira vez no mercado, se ado-

tada a idade de 10 anos como limite inferior para qualquer pessoa integrar-se ao sistema. A tabela aponta que ingressarão 473 mil mulheres nas mesmas condições durante o período.

As linhas seguintes na tabela se referem a pessoas que já contavam de 10 a 64 anos de idade no ano do censo. Observa-se que o número de saídas da categoria sem rendimento é inferior ao número de entradas observadas no grupo com rendimentos, tanto entre homens como entre mulheres. Parece mais ou menos evidente que se não houvesse mobilidade de pessoas que já auferiam rendimentos em 1980, o número de entradas na classe com rendimentos teria que ser igual ao número de saídas da categoria sem rendimentos. A diferença entre esses dois números acrescida pelo número de pessoas que entraram na classe sem rendimento, deve expressar o número mínimo de pessoas que durante o quinquênio 1980/85, se movimentarão entre as diversas categorias de rendimentos que compõem o perfil adotado no trabalho. O acréscimo daqueles que não declaram rendimento ao grupo com mobilidade, decorre da hipótese de que são pessoas que auferem alguma remuneração.

Esse raciocínio conduz a conclusão de que "pelo menos" 1.579 mil homens e 730 mil mulheres que já pertenciam ao mercado monetizado em 1980, se movimentarão entre as diversas classes de renda no período 1980/85, caso se mantenham constantes as taxas de participação no mercado segundo sexo e idades observados em 1980.

Sendo correto o raciocínio pode-se concluir pela ocorrência de uma mobilidade relativamente acentuada entre ambos os sexos, sendo levemente maior entre mulheres do que entre homens. De acordo com as estimativas, o quadro de participação da população no mercado monetizado em 1980 refletia implicitamente que 5,30% dos homens e 5,79% das mulheres deveriam mudar de classe de renda no período quinquenal seguinte, caso não se alterassem as condições prevalecentes no ano do censo.

Dois parágrafos acima assinalou-se a expressão "pelo menos" para enfatizar que essas estimativas se referem a valores

mínimos. Isto decorre, conforme apontado inúmeras vezes, da metodologia adotada. A esta altura, no entanto, é oportuno assinalar que ao efetuar-se o trabalho diretamente com a população total, a mobilidade entre classes de renda ocorrida simultaneamente com movimentos migratórios rurais-urbanos ficam mascaradas, e esses podem ser expressivos, dependendo da taxa de migração e do nível da taxa de urbanização. Para apreender parte da mobilidade simultaneamente com a migração rural-urbana, far-se-á futuramente um trabalho semelhante a este, considerando separadamente a população urbana e a população rural.

Não conhecemos estimativas de mesma natureza para outros países ou sociedades, mas não parece temerário admitir que essa mobilidade supostamente ascensional é razoavelmente elevada e, estaria indicando uma certa vitalidade e fluidez do mercado no ano do censo.

A Tabela 6 aponta as taxas de mobilidade segundo grupos de idade para cada sexo. O seu nível é relativamente elevado no grupo etário 15-19 anos e declina modestamente no grupo seguinte e acentuadamente entre os grupos mais velhos, tanto entre homens como entre mulheres.

Essas estimativas corroboram algumas hipóteses formuladas quando da análise dos movimentos de entradas e saídas nos capítulos anteriores e apontam que uma parte expressiva (13%) da mão-de-obra que exercia suas atividades em idades jovens e com baixo nível de remuneração, consegue após cinco anos mudar de classe de renda. Essa mobilidade supostamente ascensional também se registra para cerca de 10% da população com 20-24 anos de idade, e se reduz significativamente para uma porcentagem em torno de 3% entre aqueles com 25 a 29 anos e para 2,7% entre as pessoas com 30 anos e mais de idade.

TABELA 6

TAXAS DE MOBILIDADE ENTRE CLASSES DE RENDA  
POR SEXO E SEGUNDO GRUPOS DE IDADES

(8)

GRUPO DE IDADES	HOMENS	MULHERES
10-14	-	-
15-19	12,10	13,02
20-24	10,39	10,14
25-29	3,32	2,91
30-64	2,77	2,74
Total*	5,30	5,79

\* Inclui entradas em sem declaração, por admitir-se que constituem pessoas com rendimentos.

NOTA: Taxas obtidas em relação à população com rendimentos em 1980.

O resultado líquido dos movimentos segundo classes de renda para cada sexo é apontado abaixo. Supondo-se que as estimativas não contenham falhas ou erros marcantes, pode-se admitir que a situação observada no mercado monetizado em 1980 apontava, para ambos os sexos, na direção de uma modesta desconcentração da renda, na medida em que a taxa de crescimento da população segundo classes de renda aumentaria à proporção que aumenta o rendimento. Os mesmos resultados também apontavam que o processo de incorporação feminino ao mercado seria relativamente mais rápido do que entre os homens, dinâmica que constituiria continuação da tendência observada desde 1940, e que tem resultado na integração de contingente numericamente crescente de mulheres no sistema produtivo e no mercado monetizado.

Embora não se incursione na análise da influência da dinâmica demográfica nesse processo, não parece temerário admitir que, prevalecendo o quadro de participação no mercado monetizado observado em 1980, e continuando a ocorrer o declínio da fecundi-

dade intensificado a partir da metade dos anos 70, as perspectivas no que tange à distribuição da renda pessoal ainda possam ser maiores. Isto porque o declínio da fecundidade provoca, entre outras coisas, uma menor oferta relativa da mão-de-obra após 15 anos, diminuindo proporcionalmente a pressão do contingente que en grossa continuamente as classes de menor rendimento, caso, é claro, se mantenha a dinâmica de entradas e saídas do mercado observada em 1980.

TABELA 7

MOVIMENTO LÍQUIDO QUINQUENAL DA POPULAÇÃO  
SEGUNDO CLASSES DE RENDA - 1980/1985

(8)

CLASSE DE RENDA (Em SM)	HOMENS	MULHERES
Até 1/2	17,10	19,45
1/2 - 1	16,54	19,18
1 - 2	17,21	17,36
2 - 5	19,18	20,69
5 e +	21,03	23,31
S/R	4,40	18,27

Enfim, a análise dos resultados obtidos com a aplicação da metodologia das tábuas de permanência aos dados censitários de 1980 sobre rendimentos da população permite concluir que esses dados apontavam a existência de uma mobilidade populacional razoavelmente intensa entre classes de renda, sugerindo a ocorrência de uma ascensão monetária e possivelmente social para parte não desprezível da população. A participação da população no mercado monetizado é fenômeno complexo e, no caso brasileiro, reflete as condições de uma economia e sociedade com um grande segmento vivendo em condições extremamente insatisfatórias expressas pelo baixo nível de rendimento de vida. Como resultado, há um intenso movimento líquido de entradas ou incorporação da população em cate-



gorias de baixa renda (abaixo de um salário mínimo), incluindo-se a incorporação de uma parte substancial da população adulta com mais de 30 anos de idade. E a maior parte da mobilidade aqui detectada, constitui movimentos entre níveis muito baixos de rendimentos.

É difícil formular considerações adicionais a respeito do papel do processo demográfico nessa dinâmica. Entretanto, não se pode excluir o fato de que o alto ritmo de crescimento demográfico tem sido o fator determinante da contínua elevada oferta de mão-de-obra, num mercado que à luz de todos os conhecimentos e informações, tem exatamente no trabalho o fator mais abundante.

## 12 - CONCLUSÕES

Os resultados obtidos com a aplicação dos princípios da tábua de permanência aos dados censitários de 1980 sobre rendimentos da população são extremamente úteis, parecem consistentes e reveladores da situação no ano do levantamento estatístico.

Pode-se argumentar que a situação do mercado monetizado em 1980 refletia uma mobilidade populacional entre classes de renda extremamente acentuada que, se mantida no tempo e se não fosse tão fortemente alimentada pela intensa dinâmica demográfica que se observa no país, poderia contribuir para começar a diminuir o nível de pobreza e de concentração da renda.

Embora esse resultado seja extremamente importante sob o ponto de vista teórico e programático, não se pode perder de vista que a principal característica da situação econômica da população é, no entanto, a predominância de baixíssimos níveis de rendimento para a ampla maioria da população. Isto nos remete ao fato de que, concretamente, a mobilidade detectada e estimada neste trabalho, trata na verdade de movimento de pessoas entre níveis de rendimentos muito baixos, que para a maioria das pessoas consiste na obtenção de uma remuneração que representa tão-somente a sobrevivência, sem nenhuma perspectiva concreta de aumento

satisfatório de bem-estar ou possibilidade de participar do mercado de consumo de bens duráveis.

Embora não se tenha incursionado na análise da influência do processo demográfico sobre a questão da distribuição da renda e da mobilidade, os resultados permitem adiantar a hipótese de que o rápido crescimento populacional contribui acentuadamente para a manutenção do status quo, ao alimentar continuamente um mercado pobre e abundante em mão-de-obra que, por isso mesmo, se submete a ingressar no mercado e ofertar sua força de trabalho por uma remuneração aviltada.

A realização deste trabalho com dados de 1980, sabendo-se das crises que se precipitaram após 1982, tira um pouco do seu caráter prático, na medida em que a situação pode ter-se alterado significativamente, mas, ao mesmo tempo, propicia o desafio de repeti-lo para avaliar a metodologia proposta e como as crises influíram na mobilidade entre classes de renda.

BIBLIOGRAFIA

- Atkinson, B. A. (1981). The Distribution of Wealth and the Individual Life Cycle. Oxford Economic Papers, 23, 239-254.
- Barros, Ricardo P. de, Rossi, W. J. (1987). Aspectos da Distribuição de Renda no Brasil com Base em Dados da PNAD-1985. Encontro Nacional sobre Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda no Brasil, Rio de Janeiro, RJ, p. 26.
- Blinder, Alan S. (1976). Inequality and Mobility in the Distribution of Wealth. Kyklos, 29, 607-638.
- Costa, A. R. (1987). A Distribuição de Renda Pessoal no Brasil - Situação Atual 1975 (Versão Preliminar), maio de 1987.
- Costa, Manoel A., Vetter, David M. - Life Expectancy as an Integrating Concept for Social and Demographic Data. The Brazil Country Study - IBGE, 1982, mimeo, - Documento apresentado em reunião organizada pela OCDE, na Universidade de Sussex em 1982 - CD/R (82) 3004, OECD, Paris.
- Fishlow, A. (1972). Brazilian Size Distribution of Income. American Economic Review. Paper and Proceedings, May, 1972.
- Hoffmann, R. (1987). Evolução da Distribuição de Renda no Brasil na Primeira Metade da Década de 80. Encontro Nacional sobre Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda no Brasil, Rio de Janeiro, RJ. p. 31.
- Langoni, C. G. (1973). Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.
- Masson, A. (1986). A Cohort Analysis of Wealth-Age Profiles Generated by a simulation Model in France (1949-75). The Economic Journal, 96, 173-190.

- Morley, A. S. (1979). O Efeito do Crescimento Demográfico sobre Medidas de Distribuição da Renda. Pesquisa e Planejamento Econômico, 9, nº 3, dezembro de 1979. pp. 559-584.
- Morley, A. S. (1981). The Effect of Changes in the Population on Several Measures of Income Distribution. The American Economic Review, June 1981. 285-294.
- On The Interpretation and Disaggregation of Gini Coefficients. (1976). The Economic Journal, 86, 243-255.
- Schoen, R. - Constructing Increment - Decrement Life Tables, in Demography, volume 12, number 2, may 1975, pp. 313-324.
- Seers, Dudley - "Life Expectancy as an integrating concept in social and Demographic Analysis and Planning", in The Review of Income and Wealth, Series 23, Number 3, September 1977.
- Shorrocks, F. A. (1975). The Age-Wealth Relationship: A Cross-Section and Cohort Analysis. Review of Economics and Statistics, 57, 155-163.
- Stone, Richard. An Integrated System of Demographic Manpower and Social Statistics and its links with the System of National Economic Accounts, UNESCO, Paris, May, 1970.
- Towards a System of Social and Demographic Statistics (SSDS), Série F, Nº 18, United Nations Statistical Office, New York, 1975.
- United Nations - Methods of Analysing Census Data on Economic Activities of The Population - ST/SOA/SERIES A/43 - New York, 1968.

TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

EDITADOS A PARTIR DE JANEIRO DE 1986

- Nº 85 - "Fundos Sociais", Fernando A. Rezende da Silva e Beatriz Azeredo da Silva, Janeiro 1986, 29 p.
- Nº 86 - "Optimal Foreign Borrowing in a Multisector Dynamic Equilibrium Model: A Case Study for Brazil", Octávio A.F. Tourinho, Janeiro 1986, 47 p.
- Nº 87 - "Proposta de Diretrizes Preliminares para uma Política de Abastecimento", Maria Beatriz de A. David, Março 1986, 44 p.
- Nº 88 - "Os Impactos da Política de Comercialização Agrícola sobre a Produção e os Preços. Uma Análise da Literatura e Algumas Evidências Empíricas", Maria Beatriz de A. David e Luis Alberto de L.C. Ribeiro, Março 1986, 49 p.
- Nº 89 - "Distribuição de Renda: 1970/1980", José W. Rossi, Maio 1986, 17 p.
- Nº 90 - "Balança Comercial e Dinâmica da Desvalorização Cambial no Brasil, 1970/84", Helson C. Braga e José W. Rossi, Maio 1986, 20 p.
- Nº 91 - "Algumas Considerações sobre os Efeitos da Reforma Monetária no Campo Social: Seguro-Desemprego e Previdência Social", Francisco E.B. de Oliveira, Kaizô Iwakami Beltrão e Marco Aurélio de Sá Ribeiro (estagiário), Maio 1986, 16 p.
- Nº 92 - "Modelos de Previsão para Séries de Produção e Preços : Metodologia Bayesiana e Box-Jenkins para Séries Temporais", Gutemberg H. Brasil, Hélio S. Migon, Reinaldo C. Souza, Sérgio S. Portugal, Maio 1986, 63 p.
- Nº 93 - "O Controle de Preços dos Alimentos e seus Efeitos sobre a Produção e o Abastecimento. Algumas Considerações para o Ano de 1986", Maria Beatriz de A. David, Junho 1986, 39 p.

- Nº 94 - "Previsão da Inflação e Produção Industrial Pós-Choque via Análise de Intervenção", H.S. Migon e G.H. Brasil , Julho 1986, 18 p.
- Nº 95 - "Exacerbação do Consumo e Salário Médio: Evidências sobre o Efeito-Sincronização", Ricardo Cicchelli Velloso , Setembro 1986, 20 p.
- Nº 96 - "The Demand for Money in Brazil Revisited", José W. Rossi, Outubro 1986, 24 p.
- Nº 97 - "O Programa de Estabilização Econômica e o Poder de Compra do Salário Mínimo", Daniel A.R. de Oliveira e Ricardo Cicchelli Velloso, Outubro 1986, 19 p..
- Nº 98 - "Formação de Expectativas num Contexto de Inflação Baixa e Alta Incerteza", Fábio Giambiagi, Outubro 1986, 38 p.
- Nº 99 - "Progresso Técnico na Indústria Brasileira: Indicadores e Análise de seus Fatores Determinantes", Helson C.Braga e Virene Matesco, Outubro 1986, 71 p.
- Nº 100 - "As Migrações Internas e a Previdência Social", Maria Helena F.T. Henriques e Kaizô Iwakami Beltrão, Outubro 1986, 59 p.
- Nº 101 - "Testing for First Order Serial Correlation in Temporally Aggregated Regression Models", Pedro L. Valls Pereira , Novembro 1986, 17 p.
- Nº 102 - "Notas sobre as Estatísticas de Investimento no Brasil", Guilherme Gomes Dias, Dezembro 1986, 35 p.
- Nº 103 - "A Dívida Pública no Brasil e a Aritmética da Instabilidade", José W. Rossi, Dezembro 1986, 12 p.
- Nº 104 - "Estudos para a Reforma Tributária - Tomo 1: Proposta de Reforma do Sistema Tributário Brasileiro", Fernando A. Rezende da Silva, Março 1987, 63 p.

### III

- Nº 105 - "Estudos para a Reforma Tributária - Tomo 2: Tributação de Renda e do Patrimônio", Francisco de Paulo Correia Carneiro Giffoni e Luiz A. Villela, Fevereiro 1987, 67 p.
- Nº 106 - "Estudos para a Reforma Tributária - Tomo 3: Tributação de Mercadorias e Serviços", Ricardo Varsano, Fevereiro 1987, 165 p.
- Nº 107 - "Estudos para a Reforma Tributária - Tomo 4: Contribuições Sociais", Fernando A. Rezende da Silva e Beatriz A. Silva, Fevereiro 1987, 94 p.
- Nº 108 - "Estudos para a Reforma Tributária - Tomo 5: Federalismo Fiscal", José Roberto Afonso e Thereza Lobo, Março 1987, 153 p.
- Nº 109 - "A Aritmética da Escala Móvel: Uma Análise do Comportamento do Salário Real num Regime de Reajustes com Periodicidade Endógena", Fábio Giambiagi, Março 1987, 30 p.
- Nº 110 - "Inflação, Preços Mínimos e Comercialização Agrícola: A Experiência dos Anos Oitenta", Gervásio Castro de Rezende, Abril 1987, 39 p.
- Nº 111 - "A Política Salarial e a Crise Econômica", Fernando A. Rezende da Silva, Maio 1987, 32 p.
- Nº 112 - "Surplus Labor and Industrialization", Kevin M. Murphy, Andrei Shleifer e Robert W. Vishny, Maio 1987, 19 p.
- Nº 113 - "Um Modelo de Consistência Multissetorial para a Economia Brasileira", Márcio Gomes Pinto Garcia, Maio 1987, 42 p.
- Nº 114 - "Endividamento Municipal: O Estado Atual das Dívidas das Capitais Estaduais", Thompson Almeida Andrade, Agosto 1987, 26 p.
- Nº 115 - "Modelo de Equilíbrio Geral para o Brasil com Fluxos Reais e Financeiros Integrados", Marco Antonio Cesar Bonomo, Outubro 1987, 43 p.

- Nº 116 - "Elasticidades de Engel no Brasil usando um Sistema de Equações com Especificação LOGIT", José W. Rossi e Cesar das Neves, Outubro 1987, 15 p.
- Nº 117 - "Projeções do IPCA", Pedro L. Valls Pereira e Sergio S. Portugal, Outubro 1987, 36 p.
- Nº 118 - "A Carteira de Trabalho e as Condições de Trabalho e Remuneração dos Chefes de Família no Brasil", Ricardo Paes de Barros e Simone Varandas, Outubro 1987, 28 p.
- Nº 119 - "Perspectivas e Necessidades Educacionais da Mão-de-Obra", Manoel Augusto Costa, Outubro 1987, 16 p.
- Nº 120 - "Modelo Multissetorial CEPAL/IPEA para o Brasil", Fábio Giambiagi, Guilherme Gomes Dias, Juan José Pereira e Márcio Gomes Pinto Garcia, Outubro 1987, 124 p.
- Nº 121 - "A Reforma Fiscal no Processo de Elaboração da Nova Constituição", Fernando A. Rezende da Silva e José Roberto R. Afonso, Novembro 1987, 53 p.
- Nº 122 - "Avaliação do Sistema Tributário Proposto no Projeto de Constituição", Ricardo Varsano, Novembro 1987, 35 p.
- Nº 123 - "O Orçamento Brasileiro: seu Processo Atual e as Reformulações Propostas no Projeto Constitucional", Maria da Conceição Silva, Novembro 1987, 30 p.
- Nº 124 - "As Contribuições Sociais no Projeto de Constituição", Beatriz Azeredo, Novembro 1987, 55 p.
- Nº 125 - "Endividamento Municipal: Análise da Situação Financeira de Quatro Capitais Estaduais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador)", Thompson A. Andrade, Novembro 1987, 33 p.
- Nº 126 - "Ajuste Externo e Agricultura no Brasil: 1981/86", Gervásio Castro de Rezende, Dezembro 1987, 46 p.



- Nº 127 - "Considerações sobre a Relação entre a Dívida Pública e a Inflação", José W. Rossi, Dezembro 1987, 09 p.
- Nº 128 - "Estratégias de Desenvolvimento: América Latina vs. Leste Asiático", Armando Castelar Pinheiro, Dezembro 1987, 35p.
- Nº 129 - "Industrial Policies and Multinational Enterprises in Latin America", Helson C. Braga e Virene Matesco, Dezembro 1987, 30 p.
- Nº 130 - "A Sensibilidade das Medidas de Desigualdade à Padronização da Jornada de Trabalho", Ricardo Paes de Barrós, Janeiro 1988, 28 p.
- Nº 131 - "Influência das Paridades Cambiais sobre a Dívida Externa: O Caso Brasileiro - 1983/86", Fabio Giambiagi, Janeiro 1988, 23 p.
- Nº 132 - "O (Des)controle do Endividamento de Estados e Municípios - Análise Crítica das Normas Vigentes e Propostas de Reforma", Fernando Rezende e José Roberto R. Afonso, Janeiro 1988, 75 p.
- Nº 133 - "O "Efeito-Tanzi" e o Imposto de Renda da Pessoa Física: Um Caso de Indexação Imperfeita", Fábio Giambiagi, Março 1988, 17 p.
- Nº 134 - "Estimação e Resultados do MOPSE - Modelo para Projeções do Setor Externo", Sandra M. Polónia Rios, Regis Bonelli, Eustáquio J. Reis, Março 1988, 86 p.
- Nº 135 - "Investimento em Capital Fixo na Economia Brasileira: Estimativas Trimestrais para o Período 1975/87", Armando Castelar Pinheiro e Virene Matesco, Março de 1988, 23 p.
- Nº 136 - "Os Investimentos Governamentais na Infra-Estrutura Social: O Caso do FINSOCIAL", Bernhard Beiner, Abril 1988, 27 p.

- Nº 137 - "Testes de Exogeneidade da Moeda para a Economia Brasileira", Pedro L. Valls Pereira e João Luiz Mascolo, maio de 1988, 22 p.
- Nº 138 - "A Receita Fiscal no Brasil: 1982/87 - Análise do Comportamento da Arrecadação Global e da sua Composição", Fabio Giambiagi, maio de 1988, 18 p.
- Nº 139 - "O Brasil e a Atual Rodada de Negociações do GATT", José Tavares de Araujo Jr, maio de 1988, 21 p.
- Nº 140 - "Produtividade e vantagens comparativas dinâmicas na indústria brasileira: 1970-83", Helson C. Braga e Ernani Hickmann, junho de 1988, 23 p.
- Nº 141 - "Dívidas e Déficits: Projeções para o Médio Prazo", E.J. Reis, R. Bonelli e S.M. Polônia Rios, Junho de 1988, 45 p.
- Nº 142 - "Importação de Tecnologia e Esforço Tecnológico da Indústria Brasileira: Uma Análise de seus Fatores Determinantes", Helson C. Braga e Larry N. Willmore, Junho de 1988, 32 p.
- Nº 143 - "Estimativas de Preços Econômicos no Brasil", Ronaldo Serôa da Motta, Junho de 1988, 18 p.
- Nº 144 - "Migrações Interestaduais no Brasil, 1950/80", Manoel Augusto Costa, Junho de 1988, 55 p.
- Nº 145 - "Distribuição de Renda: Evolução no Último Quarto de Século", Regis Bonelli e Guilherme Sedlacek, Junho de 1988, 23 p.
- Nº 146 - "Cenários Demográficos Regionais até 2005", Manoel Augusto Costa, Junho de 1988, 38 p.

## VII

Nº 147 - "Demanda Derivada de Energia no Transporte de Passageiro", Newton de Castro, Julho de 1988, 41 p.

O INPES edita ainda as seguintes publicações: Pesquisa e Planejamento Econômico; Literatura Econômica; Coleção Relatórios de Pesquisa; Série Monográfica; Série PNPE; Série Estudos de Política Industrial e Comércio Exterior (EPICO); Relatório Interno; Informes Conjunturais; Boletim Conjuntural; Série Estudos sobre Economia do Setor Público (ESEP); Série Fac-Símile; Informe Técnico INPES e Carta de Conjuntura.